



**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DO QUADRO
DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO**

CADERNO DE PROVA

Curso: DIREITO

Data: 29/09/2019

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 40 (quarenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas) e uma Folha de Redação.

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas e Folha de Redação, será 04(quatro) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas e Folha de Redação, documentos oficiais para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas e Folha de Redação, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas e Folha de Redação, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas e Folha de Redação;
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.

NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

REDAÇÃO

Redigir um texto Dissertativo- Argumentativo, tendo como tema: **“O ser humano frente aos impactos ambientais”**.

Os textos abaixo servirão apenas como reflexão, não podendo ser plagiados nem parafraseados.

A redação deverá:

- Obedecer às regras ortográficas vigentes;
- Ser escrita em prosa;
- Não fugir do tema;
- Ter progressão temática;
- Ser coesa e coerente;
- Ter, no mínimo, 25 linhas e, no máximo 30.

Texto 1

“Somos seres racionais, deveríamos utilizar a lógica aristotélica em nossas atitudes, seguindo os princípios éticos e morais evidenciadores de um caráter bem formado, dentro dos ditames do respeito não apenas aos semelhantes, mas também a tudo aquilo que lhe foi presenteado como dádiva. No entanto, há indivíduos centrados apenas em um crescimento egoístico, que se creem únicos no universo e usam os seus semelhantes e não semelhantes como degraus que devem ser ultrapassados a fim de atingirem seu objetivo: um patamar econômico elevado.”

Texto 2



Texto 3



REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA DA REDAÇÃO:

“O ser humano frente aos impactos ambientais”

TÍTULO:

1

10

20

30

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

O direito de defesa

I - Prolegômenos

O crime nasceu no primeiro momento da humanidade. Com o homem, surgiu o delito. Os filhos de Adão foram autor e vítima do primeiro homicídio - Caim matou Abel. Motivo: a inveja, mal secreto, o pior dos pecados capitais. E Deus, antes de punir Caim, assegurou-lhe o direito de defesa (Gênesis, 4, 9 – 10).

Assim, naquela primeira tragédia humana, inaugurou-se o direito de defesa.

Sêneca, três séculos antes de Cristo, já afirmava que ninguém pode ser julgado sem antes ser ouvido.

Todavia, nem sempre se observou este direito natural. A História registra um rol de estúpidas condenações fundadas na vontade absoluta dos que encarnavam o Poder. Dentre milhares, basta que se recordem dos julgamentos de Sócrates, de Jesus Cristo, de São Sebastião, de Luiz XVI, e dos dolorosos tempos dos “Juízos de Deus” (ordálias), da Inquisição e das execuções pós-revoluções.

Sem o direito de defesa, qualquer julgamento é temerário. Sem este sacrossanto e irrecusável direito não há ordem jurídica, não há vida civilizada, não há segurança, não há paz.

A magnitude do direito de defesa, como expressão marcante de franquia democrática, encontra-se excelentemente conceituada em lição de José Frederico Marques: “O direito de defesa, em sua significação mais ampla, está latente em todos os preceitos emanados do Estado, como substratum da ordem legal, por ser o fundamento primário da segurança jurídica da vida social organizada (...). É essencial à defesa plena, que não se rebaixe o indiciado à condição inferior de simples material de investigações” (in “Estudos de Direito Processual Penal”, Forense, Rio, 1960, pág. 301).

II – O direito de defesa em nosso sistema

A Constituição de 1988, inspirada e esculpida numa fase histórica de reabertura da vida democrática, quando se expeliam as amarras de um longo tempo de restrições ao uso dos instrumentos do Estado de Direito, pacto político que se constituiu, sem dúvida, no mais rico monumento representativo do humanismo no Planeta.

Efetivamente, nenhuma outra Carta Política incorporou no seu texto tantas virtudes dirigidas à dignificação do ser humano. No seu portal de entrada, ao fincar os cinco fundamentos da República, foram colocados, em pedestal, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Esses dois valores inspiraram essencialmente os cânones que deram corpo ao rol de franquias democráticas definidas no seu artigo quinto, com destaque para o

sacrossanto direito de defesa, que recebeu a seguinte fórmula:

“Aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados, em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (inciso LV).

E, na instituição do júri, foi assegurada “a plenitude de defesa” (inciso XXXVIII, a).

<https://robertoparentoni.jusbrasil.com.br>

Questão 01

Analise as assertivas abaixo em relação ao texto 1, a fim de poder responder corretamente a esta questão.

- I. O texto evidencia que se trata de um artigo, sendo uma de suas características o predomínio da objetividade.
- II. A epígrafe textual nos mostra o primeiro crime da humanidade que remonta, segundo a Bíblia, à gênese da existência humana, em que já surge o direito de defesa, emanado pelo Onipotente.
- III. Do trecho, pode-se fazer uma dedução que, após a Gênese, houve um amplo período histórico, em que a humanidade não possuía o direito de defesa.
- IV. O direito de defesa, em nosso país, existiu desde sua passagem a Estado, no século XIX, mesmo quando sofreu com o domínio ditatorial.
- V. Antes da promulgação da Constituição de 1988, no período de 1964 a 1984, o povo brasileiro teve ampla defesa, sem nenhuma restrição, quanto a este direito.

Estão corretas apenas as assertivas

- a) I, II, V.
- b) I, III, IV.
- c) I, II, III.
- d) II, III, IV.
- e) II, III.

“Todavia, nem sempre se observou este direito natural. A História registra um rol de estúpidas condenações fundadas na vontade absoluta dos que encarnavam o Poder. Dentre milhares, basta que se recordem dos julgamentos de Sócrates, de Jesus Cristo, de São Sebastião, de Luiz XVI, e dos dolorosos tempos dos “Juízos de Deus” (ordálias), da Inquisição e das execuções pós-revoluções.”

Questão 02

Em relação ao parágrafo em destaque, existe apenas uma alternativa correta, identifique-a:

- a) A coesão entre este parágrafo e o precedente é realizada mediante um elemento conector indicativo de oposição.
- b) Em “se observou”, o termo destacado deve ser analisado semanticamente como um termo indicativo de indeterminação do sujeito.

- c) Por “**Juízos de Deus**” (**ordálias**), entende-se que eram leis suaves, emitidas corretamente pelo clero quando, por acaso, alguém era acusado de heresia
- d) O elemento linguístico “**todavia**”, caso fosse trocado por “**entretanto**”, o sentido do período seria alterado.
- e) Caso o sintagma nominal “**este direito natural**” fosse posto no plural, a forma verbal “**observou**” continuaria no singular.

Questão 03

Em relação ao texto, analisado em seu todo, observe-o atentamente, marcando com V, as assertivas verdadeiras e com F, as falsas. Em seguida, identifique a única alternativa correta.

- () “**Prolegômenos**” é uma palavra de origem grega e pode ser entendida como um “**preâmbulo, um prefácio**”.
- () Alguns sinais de pontuação utilizados no texto, são indicativos de ênfase e outros, inseridos devido à necessidade lógica dos períodos.
- () Os vocábulos “**prolegômenos e cânones**” são palavras proparoxítonas, corretamente acentuadas, pela mesma razão, deverão receber acento gráfico “**rúbrica e ávaro**”.
- () O excerto possui, além de graves falhas ortográficas, deslizos quanto à morfossintaxe e quanto à semântica.
- () Formas pronominais chamadas de substantivas e de adjetivas se encontram presentes no texto, além da existência de termos indicativos de coleção.
- a) V, F, F, V, V.
b) V, F, F, F, V.
c) V, V, V, F, V.
d) V, F, V, F, V.
e) V, V, F, F, V.

Questão 04

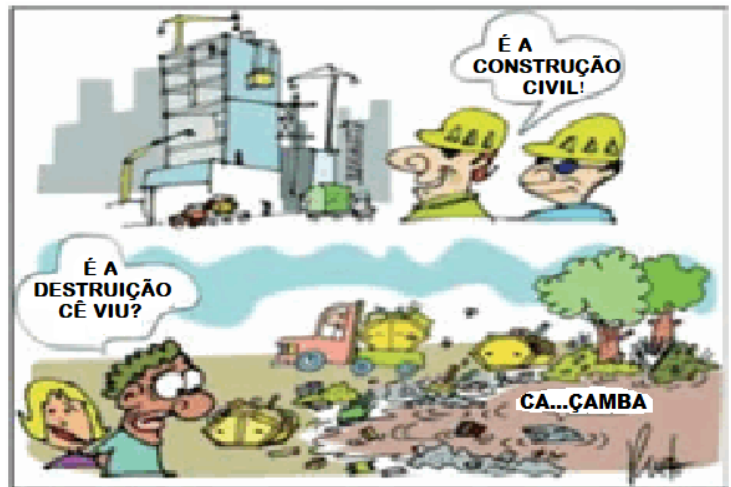
“E na instituição do júri foi assegurada a plenitude da defesa.” (último §)

Analisando-se o período morfossintática e semanticamente, observa-se que apenas uma alternativa se encontra correta. Identifique-a.

- a) O elemento conector iniciando o período é indício de que há mais de uma oração no período.
- b) “**A plenitude de defesa**” é um sintagma nominal e sujeito paciente, uma vez que o verbo se encontra na voz passiva analítica.
- c) A forma verbal composta “**foi assegurada**” pertence ao modo indicativo a um verbo classificado como transitivo indireto.
- d) A expressão “**de defesa**” exerce a função sintática de um termo determinante, portanto, trata-se de um adjunto adnominal.

- e) No período, em enfoque, existem apenas quatro monossílabos átonos, um dígrafo e uma palavra paroxítona.

Questão 05



Em relação à charge, analise os itens abaixo:

- I. A charge, em análise, pode ser chamada também de infográfico, pois além de possuir imagens, percebe-se a existência de um tema incutido.
- II. Com os termos “**civil**” e “**cê viu**”, existe uma aproximação apenas fonética, mas não semântica, nem morfossintática.
- III. Nas duas imagens presentes, existe uma inferência à necessidade de a zona urbana ter necessidade de crescer mesmo sem haver planejamento.
- IV. “**Cê**” é uma variedade coloquial de “**você**” e advém de um fenômeno chamado de metaplasmo/ aférese, uma vez que houve queda de fonema no início da palavra.
- V. A palavra “**caçamba**” está redigida corretamente com “**ç**”, também deverão ser redigidas com o mesmo fonema todos estes vocábulos: “**alca...uz; sacro...anto; alví...aras; a...ougue e a...az.**”

Apenas se encontram sem erro os itens:

- a) I, II, III, V.
b) I, II, V.
c) II, III, IV, V.
d) I, II, IV.
e) I, III, IV.

PROVA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 06

O casamento é a união entre duas pessoas que decidem compartilhar a vida. Sua importância está registrada no Código Civil brasileiro de forma

detalhada, a exemplo do prescrito no artigo 1.535: *“Presentes os contraentes, em pessoa ou por procurador especial, juntamente com as testemunhas e o oficial do registro, o presidente do ato, ouvida aos nubentes a afirmação de que pretendem casar por livre e espontânea vontade, declarará efetuado o casamento, nestes termos: **“De acordo com a vontade que ambos acabais de afirmar perante mim, de vos receberdes por marido e mulher, eu, em nome da lei, vos declaro casados”.***

Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

() O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, em qualquer caso, em consequência da dissolução do vínculo conjugal.

() Carlos e Vânia se casam sem convencionar previamente qual regime de bens prevalecerá. Neste caso, pela falta de convenção e para proteção patrimonial de ambos os cônjuges, vigorará o regime de separação total de bens.

() Arthur é casado com Márcia e adotam Henrique, adolescente de 15 anos. Ao completar 20 anos, Henrique casa com Rosa, mas o casamento se desfaz após 2 anos. Nesta mesma época, Márcia falece, deixando Arthur viúvo. Passados dois anos, Arthur e Rosa se apaixonam, e decidem casar. Ao darem entrada nos papeis, foram informados que o casamento não poderia ser realizado em virtude do vínculo de adoção existente entre Arthur e Henrique.

() João e Adriana ambos viúvos e frequentadores de um clube da terceira idade, resolvem se casar. Por ter João 72 anos, o casamento deverá, obrigatoriamente, ser celebrado sob o regime de separação de bens.

() Fernando e Zélia são casados com separação de bens. Fernando, que recebe o dobro do salário de Zélia, recusa-se a assumir as maiores despesas da casa e exige da esposa participação igualitária. Sob a alegação de que o regime de bens escolhido pelos cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, a legislação o acoberta, em virtude do regime escolhido.

Julgue os itens sob os critérios de V – verdadeiro ou F – falso:

- a) F - F - V - V - F
- b) F - V - V - V - V
- c) V - F - F - V - F
- d) F - F - V - F - F
- e) V - V - F - V - V

Questão 07

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB tem como objetivo regulamentar outras

normas, prestando serviço a todo o sistema jurídico nacional. Julgue os itens a seguir para responder à questão:

- I – Lei nova poderá trazer em seu próprio texto a data de sua vigência, contudo, não o fazendo, esta ocorrerá 45 dias depois de oficialmente publicada.
- II - O prazo entre a publicação de uma lei nova e a sua vigência é chamado de *VACATIO LEGIS*. A lei, no período de *vacatio legis*, ainda não tem obrigatoriedade nem eficácia, embora já exista no ordenamento jurídico. Caso o texto legal tenha sido corrigido durante a *vacatio legis*, o prazo da obrigatoriedade da lei, em nome da segurança jurídica, correrá a partir da publicação original.
- III – Nos estados estrangeiros, caso seja a lei admitida, sua vigência se dará seis meses após sua publicação oficial.
- IV – Determinada Lei A foi revogada pela Lei B. Posteriormente, a Lei B foi expressamente revogada sem que outra lei, tratando sobre o tema fosse editada. Neste caso, a Lei A voltará a vigorar, pois o ordenamento não pode ficar sem normatização para o assunto nelas tratado.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão incorretos.

Questão 08

O ERRO consiste em uma falsa representação da realidade. É uma modalidade de vício de consentimento na qual o agente engana-se sozinho. O código Civil Brasileiro equiparou os efeitos do erro à ignorância. O erro apresenta-se sob várias modalidades. Sobre o ERRO, assinale a resposta incorreta:

- a) A lei, em rol taxativo, identifica as situações que podem ser caracterizadas como erro substancial e se referem ao erro quanto à natureza, erro quanto ao objeto ou erro quanto às qualidades do objeto. Um exemplo quanto à natureza do negócio seria o agente pensar que estava assinando um contrato de compra e venda, quando estava assinando um contrato de sociedade.
- b) O vício redibitório e o Erro não se confundem. A diferença básica entre eles é que o primeiro é um defeito do objeto, a coisa é defeituosa; no Erro, o defeito está na vontade do agente.
- c) Determinada pessoa que ignora a legislação aduaneira contrata importação de mercadoria proibida. A ignorância foi a causa determinante do

ato, e, por esse motivo, não poderá ser alegada para anular o contrato, pois, terá sido um erro de direito.

- d) Poucas são as ações anulatórias ajuizadas com base no erro em virtude da dificuldade em se descobrir o que se passou no momento da celebração do negócio (o agente se engana sozinho). Em consequência, não é qualquer erro que poderá anular o negócio jurídico, e sim aquele que, nos termos da doutrina tradicional, seja substancial, escusável e real.
- e) O erro quanto à identidade somente será considerado essencial, quando não se tenha como apurar quem seja, realmente, a pessoa ou coisa a que se refere a manifestação de vontade.

Questão 09

A responsabilidade civil do Estado consiste na obrigação da Fazenda Pública reparar economicamente terceiros pelos danos patrimoniais ou morais causados. O Estado será responsabilizado e deverá indenizar o prejudicado, objetivando compensar os prejuízos causados. Nas considerações de Celso Antônio Bandeira de Mello (2014), a responsabilidade civil do Estado "*é uma consequência lógica inevitável da noção de Estado de Direito*". Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) A responsabilidade civil do Estado tem natureza legal e não contratual.
- b) A teoria adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro foi a do "RISCO ADMINISTRATIVO".
- c) A responsabilidade objetiva do Estado estará configurada, quando o agente público praticar, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, determinado ato lesivo, independentemente da existência de dolo ou culpa.
- d) Quando houver uma omissão do Estado na prática de determinado ato e este causar dano ao particular, a responsabilidade será do tipo subjetiva, devendo o particular lesado demonstrar o dolo ou a culpa da Administração.
- e) Os atos lícitos e ilícitos dos agentes públicos são capazes de gerar a responsabilidade extracontratual do Estado que tem o dever de ressarcir os danos permanentes ou transitórios causados, devendo, conforme previsto na lei, cobrar do servidor negligente, imprudente ou imperito o valor pago, como forma de retornarem aos cofres públicos, os recursos ao povo pertencentes.

Questão 10

Sobre o tema **CAPACIDADE CIVIL**, julgue os casos hipotéticos abaixo:

- I. Carla completou dezesseis anos. Sua mãe Luíza é viúva e deseja emancipá-la. Em conversa com sua vizinha, soube que, pelo Código Civil brasileiro, cessará a incapacidade de Carla se Luíza assim o desejar. Para isso, deverá formalizar sua autorização em instrumento particular e submetê-lo à homologação judicial.
- II. Cláudio tem apenas 14 anos e deseja comprar uma TV para seu quarto para jogar videogame a vontade, com sua turma. O irmão de seu amigo que tem 18 anos tem uma TV para vender e oferece a Cláudio. Eles celebram contrato de compra e venda para formalizar a venda. Neste caso, em razão de sua incapacidade absoluta, a celebração do contrato apenas seria possível se Cláudio estivesse assistido por seus pais.
- III. Luana tem 30 anos. Desde os 19 anos foi identificada, apresentando um quadro de bipolaridade controlado. Nessa situação, as regras contidas no Código Civil Brasileiro lhe conferem relativa incapacidade, sendo necessária sua assistência.
- IV. Há três anos, Suzana sofre grave acidente ao atravessar movimentada avenida próxima a sua escola. Foi socorrida a tempo, contudo, para tristeza da família, o hospital informou que, embora ainda estivesse apresentando atividade cerebral, provavelmente Suzana não recobriria a consciência e permaneceria em estado de coma. Desde então, Suzana, por decisão de seus pais, foi transferida para sua residência, mantida ligada aos aparelhos que lhe mantêm a vida, e vem recebendo todo amor e cuidados necessários. Segundo o Código Civil, Suzana pode ser considerada sob a condição de morte presumida.
- a) Estão corretos os itens I, III e IV.
- b) Todos os itens estão corretos.
- c) Estão corretos os itens I e III.
- d) Estão corretos os itens III e IV.
- e) Todos os itens estão incorretos.

Questão 11

Conceitua-se pessoa jurídica como a entidade que, regra geral, é constituída por um grupo de pessoas a quem a lei confere, como às pessoas naturais, personalidade jurídica, capacitando-a para atuar na ordem civil como portadora de direitos e obrigações. A principal característica da pessoa jurídica é que, embora sendo formada por pessoas, sua personalidade com a delas não se mistura, possuindo a sua própria personalidade, independente da dos componentes do grupo.

A respeito das pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios são pessoas jurídicas de direito público externo.
- b) São pessoas jurídicas de direito privado, as associações públicas.
- c) São pessoas jurídicas de direito público, os partidos políticos.
- d) As associações, as fundações e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.
- e) São pessoas jurídicas de direito público interno, os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

Questão 12

Segundo José Afonso da Silva (2019, pp.286-287), os Direitos Sociais “são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade”. Sobre o tema, assinale a alternativa falsa:

- a) Os Direitos sociais garantem aos indivíduos, de forma igualitária, o exercício e usufruto de direitos fundamentais, para que tenham uma vida digna através da garantia e proteção que o estado de direito pressupõe.
- b) A doutrina nacional majoritária, orientada na doutrina europeia, vem ressaltando o princípio intitulado “princípio da proibição do retrocesso”, também chamado de “princípio da não reversibilidade dos direitos fundamentais sociais,” que visa a impedir que o legislador desconstitua o grau de concretização dado por ele próprio às normas constitucionais.
- c) Os servidores ocupantes de cargo público também são alcançados pelos direitos sociais proporcionados pelo Estado, contudo, pela condição de “prestador público” não lhes é permitido o direito à livre associação sindical.
- d) Ao longo do tempo, a sociedade observou as conquistas dos direitos sociais, fruto das reivindicações e lutas dos movimentos sociais após a Revolução Industrial. Tais direitos visam à garantia da igualdade, liberdade e dignidade entre todos os seres humanos.
- e) Inúmeros direitos sociais são evidenciados na Constituição Federal brasileira, objetivando melhorar a condição social dos trabalhadores urbanos e rurais.

Questão 13

A Constituição Federal do Brasil prevê alguns instrumentos jurídicos para atuar no controle direto da constitucionalidade das leis e atos normativos. A propositura destes instrumentos traduz-se em uma legitimação restrita proposta pelo texto constitucional. Dentre as pessoas que podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade, assinale abaixo a alternativa que expõe alguém **não legitimado** a propô-las:

- a) o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) o Advogado-Geral da União.
- c) a Mesa do Senado Federal; da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) o Presidente da República.
- e) partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Questão 14

Antônio é professor em uma instituição de ensino e membro atuante no sindicato de sua categoria, tendo, inclusive, sido eleito para o cargo de direção no último ano. Por motivos de ajustes na folha de pagamento, a instituição de ensino demitiu Antônio das funções de professor. Sobre a situação hipotética descrita, assinale a alternativa correta:

- a) A instituição de ensino não agiu corretamente ao demitir Antônio, pois é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) A instituição de ensino agiu corretamente, pois poderia demitir Antônio, uma vez que inexistente estabilidade empregatícia para o cargo de professor.
- c) A instituição de ensino agiu corretamente ao demitir Antônio, pois não é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, hipótese em que responderá penalmente pelo crime cometido.
- d) A instituição de ensino errou ao demitir Antônio pois, não houve o devido processo legal para apurar possíveis faltas graves à instituição, única hipótese que embasaria o seu afastamento, desde que respeitados os 3 anos de efetivo exercício do mandato.
- e) A instituição não agiu corretamente porque não respeitou a eleição de Antônio ao cargo de direção, contudo, a demissão se concretizará porque, sendo o sindicato uma entidade administrativa, não lhe

cabe proceder à defesa de Antônio nas questões judiciais ou administrativas.

Questão 15

Sobre o tema “Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso”, constitucionalmente contemplado em nosso país, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em uma relação de casamento, os filhos biológicos ou adotados terão os mesmos direitos e qualificações, sendo proibidas discriminações relacionadas à filiação.
- b) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.
- c) São proteções especiais constitucionais à criança, ao adolescente e ao jovem, dentre outras, idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII, e a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- d) A Constituição Federal brasileira garante gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 60 anos.
- e) Os menores de dezoito anos não poderão ser responsabilizados penalmente por seus atos pela legislação convencional e se submetem às normas contidas em legislação especial.

Questão 16

É papel da Constituição Federal criar regras para a atuação do cidadão na vida pública do país. No Brasil, a Carta Magna relaciona, nos artigos 14, 15 e 16, o conjunto de regras fixadas para a proteção dos direitos políticos dos cidadãos. Segundo o texto constitucional: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei”. A idade mínima para elegibilidade em cargos específicos é uma das condições impostas. Os itens abaixo relacionam diversos cargos passíveis de eleição. Assinale a alternativa que completa corretamente cada um dos itens, de acordo com a idade constitucionalmente exigida:

- I. Para Senador, a idade mínima será de: _____
- II. Para Vereador, a idade mínima será de: _____
- III. Para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz, a idade mínima será de: _____

- IV. Para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, a idade mínima será de: _____
- V. Para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, a idade mínima será de: _____

- a) 35 - 18 - 21 – 35 – 30
- b) 35 - 21 - 18 – 35 – 30
- c) 21 - 35 - 18 – 30 – 35
- d) 18 - 35 - 21 – 30 – 35
- e) 21 - 18 - 35 – 35 – 30

Questão 17

Os direitos humanos são formados por um conjunto de características. Uma dessas características “pugna pela impossibilidade de se atribuir uma dimensão pecuniária desses direitos para fins de venda”, ou seja, são inegociáveis, correspondem prerrogativas não contingentes e inalteráveis de seus titulares. Marque a alternativa que corresponde a essa característica:

- a) Indivisibilidade.
- b) Não exaustividade.
- c) Inalienabilidade.
- d) Indisponibilidade.
- e) Imprescritibilidade.

Questão 18

Este documento, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborado em 2006 por especialistas em direitos humanos, consiste em um importante vetor de aplicação do direito internacional dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Consiste, ainda, em um importante passo na expressão dos princípios básicos do gozo universal dos direitos humanos e, da igualdade e não discriminação, reforçando terem todos os indivíduos direito de desfrutar de contextos livres de preconceito por suas escolhas sexuais ou de gênero. O excerto acima se refere a que documento do sistema onusiano?

- a) Protocolo de Istambul.
- b) Declaração de Nova York.
- c) Regras de Bangkok.
- d) Princípios de Yogyakarta.
- e) Tratado de Maraqueche.

Questão 19

A Convenção Americana dos Direitos Humanos, ou Pacto de San José da Costa Rica, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em 1969, e entrando em vigor internacional somente em 1978, ressalta a importância do reconhecimento que os direitos essenciais da pessoa humana não derivam da

nacionalidade, mas sim de sua condição humana, o que justifica a proteção internacional coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados. Além disso, o Pacto de San José da Costa Rica aprofundou a redação dos direitos enunciados na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948). Assinale nas alternativas abaixo o grupo de direitos que NÃO são protegidos pelo Pacto de San José.

- a) Direito à integridade pessoal (integridade física, psíquica e moral), direito à vida, direito ao reconhecimento da personalidade jurídica.
- b) Direito à educação, direitos sindicais, direito ao trabalho, direito aos benefícios da cultura.
- c) Direito à liberdade de pensamento e de expressão, liberdade de consciência e de religião.
- d) Direito à indenização por erro judiciário, direito de reunião, direito à nacionalidade.
- e) Direito à propriedade privada, garantias judiciais, proibição da escravidão e da servidão.

Questão 20

Sobre a incorporação de direitos humanos no ordenamento jurídico pátrio brasileiro, assinale a resposta correta:

- a) Por se assemelharem aos direitos fundamentais, as normas de direitos humanos consubstanciadas em tratados internacionais não exigem nenhum ato normativo para que possam ser aplicáveis no Brasil.
- b) As normas internacionais que fazem parte de tratados internacionais firmados pelo Brasil são aplicáveis em território nacional no instante em que o Brasil, formalmente, torna-se signatário.
- c) O processo de ratificação, necessário para a incorporação de normas internacionais no território nacional, é realizado exclusivamente pelo Congresso Nacional.
- d) As normas internacionais sobre direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais em que o Brasil é signatário, necessitam de aprovação mediante processo de ratificação para que possam ser aplicadas em território nacional.
- e) Os direitos humanos recepcionados pelo Estado Brasileiro, através de tratados internacionais, se tornam vinculantes a partir da fase da assinatura pelo representante do Poder Executivo.

Questão 21

Tânia, enquanto voltava para casa de ônibus, filmava, com seu celular, pela janela daquele, uma árvore que havia caído por causa das fortes chuvas que ocorreram em sua cidade.

Enquanto ela tentava realizar a filmagem, foi surpreendida por Jobson, que estava na rua, ao lado do ônibus, e que colocou a mão pela janela do ônibus para pegar o celular de Tânia, tocando-o, mas não conseguindo se apossar dele.

Nesta situação hipotética, pode-se dizer que ocorreu:

- a) Um crime de furto, na modalidade tentado, sendo a tentativa, em análise, de espécie branca ou incruenta.
- b) Um crime de furto consumado.
- c) Um fato atípico.
- d) Um crime de furto, na modalidade tentado, sendo a tentativa, em análise, de espécie vermelha ou cruenta.
- e) Um crime de roubo, na modalidade tentado, sendo a tentativa, em análise, de espécie branca ou incruenta.

Questão 22

Acerca dos crimes contra a Administração Pública no Código Penal (Decreto Lei nº 2848/1940), assinale a alternativa incorreta.

- a) O empregado de entidade paraestatal é considerado funcionário público para os fins penais, mesmo que exerça o emprego de forma transitória ou sem remuneração.
- b) Diferentemente do crime de corrupção ativa, que é sempre formal, o crime de corrupção passiva pode ser formal ou material, a depender da modalidade em que ocorra.
- c) Comete o crime de condescendência criminosa o funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar seu subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- d) O crime de peculato impróprio se dá quando o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- e) O crime de usurpação de função pública se consuma com a efetiva prática de pelo menos um ato inerente ao ofício indevidamente desempenhado, e não com a simples e falsa autointitulação como funcionário público perante terceiros.

Questão 23

André, ao chegar a casa do trabalho, flagrou, em seu quarto, sua esposa, Amanda, tendo relações sexuais com seu amigo, Luiz, de modo que, sob o domínio de violenta emoção, pegou um dos travesseiros da cama e asfixiou Luiz, assassinando-o, enquanto Amanda fugia de sua casa.

Sobre o caso hipotético acima, assinale a alternativa correta:

- a) A situação descreve um crime de feminicídio tentado, já que o único motivo de Amanda não ter sido assassinada foi o fato de ela ter conseguido fugir do local.
- b) André cometeu o crime de homicídio qualificado, logo, cometeu crime considerado como hediondo pela Lei nº 8.072/1990.
- c) O crime de homicídio cometido por André não pode ser considerado como qualificado-privilegiado pois tanto a circunstância privilegiadora quanto a qualificadora são de natureza subjetiva.
- d) Caso Amanda convencesse André a parar de asfixiar Luiz antes que o homicídio se consumasse, estaríamos diante de um crime de homicídio na modalidade tentado.
- e) A situação descreve um crime de homicídio qualificado-privilegiado, fato que faz com que não seja, este crime, considerado hediondo.

Questão 24

Poliana, enquanto saía para caçar, avistou, de longe, quem pensou ser Paulo, seu inimigo declarado, reconhecendo-o pelo agasalho vermelho que sempre usava, de modo que, prontamente disparando seu rifle contra ele, matou-o.

Ocorre que, ao chegar perto para verificar se Paulo havia realmente morrido, Poliana descobriu que matou, na verdade, seu próprio pai, Márcio, que havia pegado o casaco de Paulo emprestado naquele dia.

Diante da situação hipotética acima, assinale a alternativa correta:

- a) Poliana responderá pelo crime de homicídio com a majorante de o crime ter sido cometido contra ascendente.
- b) Tendo em vista o *error in persona*, não serão consideradas as qualidades da vítima, Márcio, mas sim as de Paulo, por ser esta a pessoa contra quem Poliana queria praticar o crime.
- c) Trata-se, o caso, de um erro na execução ou *aberratio ictus*, já que Poliana, por acidente, acabou atingindo seu próprio pai ao invés de seu inimigo.
- d) Para a aplicação da pena, nesse caso em análise, deve-se levar em consideração as características tanto da vítima real quanto da vítima virtual.
- e) Poliana responderá tanto pelo homicídio consumado, com relação a Márcio, como pelo homicídio tentado, com relação a Paulo.

Questão 25

A imputabilidade é um dos elementos da culpabilidade, possuindo elementos volitivos e intelectivos.

Sobre tal elemento, assinale a alternativa correta:

- a) A imputabilidade do agente deve ser analisada apenas quando do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- b) Assim como a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito, a emoção exclui a imputabilidade penal.
- c) Não é inimputável o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) O código penal adotou o sistema biológico como critério para identificação da inimputabilidade.
- e) Os menores de 18 (dezoito) anos são plenamente inimputáveis, não ficando sujeitos às normas estabelecidas em legislação especial.

Questão 26

Segundo a doutrina majoritária, a lesão corporal de natureza grave ocorre em casos em que há:

- a) incapacidade para as ocupações habituais por, pelo menos, 15 (quinze) dias.
- b) Deformidade permanente.
- c) Aborto.
- d) Aceleração de parto.
- e) Morte da vítima.

Questão 27

O juiz é o sujeito processual imparcial a quem é atribuída a jurisdição, ou seja, a função de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando e/ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insuscetível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.

Acerca dos poderes, deveres e responsabilidade desse sujeito processual, marque a alternativa incorreta:

- a) O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- b) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.
- c) Incumbe, ao juiz, determinar, desde que antes da audiência de instrução e julgamento, o comparecimento pessoal das partes, para inquirilas sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso.
- d) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das

partes, aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.

- e) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte, desde que a parte requeira ao juiz que determine a providência e o requerimento não seja apreciado no prazo de 10 (dez) dias.

Questão 28

Amaury, citado por hora certa para integrar a lide e intimado para apresentar resposta no processo que lhe foi movido por Sebastião, não apresentou sua contestação e nem constituiu advogado, tornando-se revel.

Diante da situação exposta, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz deverá julgar antecipadamente o mérito, tendo em vista que não houve resistência por parte do réu.
- b) Em tendo sido o réu revel, serão presumidos verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, independentemente do tipo de direito discutido.
- c) Tal situação configura caso de intervenção obrigatória do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, que deverá ser intimado do fato para manifestar-se no prazo de 30 dias.
- d) A revelia de Amaury, bem como o fato de ele não possuir advogado constituído nos autos do processo, faz com que os prazos processuais em seu desfavor fluam da data do proferimento das decisões judiciais.
- e) O juiz deverá nomear curador especial para representar o réu, tarefa que deverá ser desempenhada pela defensoria pública, que terá o prazo de 30 dias para contestar a ação.

Questão 29

A toda causa deve ser atribuído um valor, de modo que ainda que o bem material, objeto da pretensão do autor não tenha um valor economicamente aferível, é necessária a indicação de valor à causa, ainda que seja calculado de forma meramente estimativa.

Sobre o instituto do valor da causa, assinale a alternativa correta:

- a) Quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, o autor considerará o valor de umas ou das outras, devendo, na petição inicial, informar ao juiz qual valor fora considerado
- b) O réu poderá impugnar, por simples petição, o valor atribuído à causa pelo autor, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.

- c) O valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações.

- d) O valor da causa, na ação de divisão e de demarcação, será o valor de avaliação da parcela da área que se pretende demarcar ou dividir.

- e) Em ações com pedidos alternativos, o valor da causa será a soma destes.

Questão 30

Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletiva:

- a) O mandado de segurança, por ser remédio constitucional, não pode ser impetrado por pessoas jurídicas, mas apenas por pessoas físicas.

- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física sofra violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

- c) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, deverá, obrigatoriamente, ser impetrado um mandado de segurança coletivo.

- d) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

- e) A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. Dessa decisão, caso seja proferida por juiz de primeiro grau, caberá agravo de instrumento.

Questão 31

Cumprimento de sentença é o nome dado, no processo civil brasileiro, à execução de título executivo judicial.

Acerca deste instituto jurídico, assinale a alternativa correta com base no Código de Processo Civil.

- a) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita à condição ou termo, o cumprimento da sentença dar-se-á mediante caução.

- b) Sempre que houver fiador, corresponsável ou coobrigado ao cumprimento da obrigação, o cumprimento de sentença pode ser promovido, também, em face destes.
- c) É considerado título executivo judicial a sentença estrangeira, desde que devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Caso o requerimento de cumprimento de sentença seja formulado pelo exequente após 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação será feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos.
- e) No caso de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo, o cumprimento de sentença efetuar-se-á obrigatoriamente perante o juízo do atual domicílio do executado.

Questão 32

Em casos quando se dispensar a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido quando:

- a) Ficar caracterizado o abuso do direito do autor ou o manifesto propósito temerário da parte.
- b) Contrariar enunciado de súmula de tribunal local.
- c) A parte for manifestamente ilegítima.
- d) Contrariar o entendimento pacificado do juízo competente para o julgamento.
- e) O autor carecer de interesse processual.

Questão 33

Com relação à formação, suspensão e extinção do processo, julgue os itens abaixo:

- I. O processo será suspenso por até 180 (cento e oitenta) dias em virtude do parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa.
- II. Considera-se proposta a ação, quando a petição inicial for protocolada, produzindo, então, todos os seus efeitos perante o réu.
- III. A arguição de suspeição ou impedimento apenas suspenderá o processo se for aceita por decisão do relator do incidente no tribunal.
- IV. Em caso de falecimento do réu, o juiz ordenará a intimação do autor para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo que designar, de, no máximo, 1 (um) ano.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, e III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.

- e) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 34

No processo penal, existem sujeitos processuais principais e acessórios, sendo, os primeiros, essenciais para que exista uma relação jurídica processual regularmente instaurada, e os segundos são aqueles que podem, eventualmente, intervir no processo.

Acerca dos sujeitos processuais no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.
- b) A constituição de defensor pelo acusado não prescinde de instrumento de mandato, mesmo que o defensor seja indicado por ocasião do interrogatório.
- c) A defesa técnica do acusado, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- d) Do despacho judicial que admite o assistente de acusação, caberá recurso em sentido estrito no prazo de dez dias.
- e) Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido, inclusive se for corréu na ação, ou seu representante legal.

Questão 35

Os juizados especiais criminais foram instituídos pela Lei 9099/1995, que definiu, também, o procedimento a ser seguido neles.

Sobre tal procedimento, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, que poderá ser julgada por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- c) Nos juizados especiais criminais, nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer,
- d) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se

exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

- e) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Questão 36

Assinale a alternativa correta sobre a sentença no direito processual penal brasileiro:

- a) O instituto da *emendatio libelli* prevê que, ao verificar que o autor da ação penal cometeu erro na definição jurídica dos fatos narrados na peça acusatória, poderá, o juiz, de ofício, alterar tal definição, mesmo que, em consequência disto, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) Na ação penal pública, o juiz poderá conhecer agravantes, mesmo que nenhuma tenha sido alegada, mas caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, o juiz não poderá proferir sentença condenatória, em virtude do princípio do favor rei.
- c) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz deverá intimar o Ministério Público para aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta, houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente. A tal instituto se dá o nome de *mutatio libelli*.
- d) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- e) A fundamentação da sentença é a motivação do juiz para aplicar o direito ao caso concreto da maneira como fez, acolhendo ou rejeitando a pretensão de punir do Estado; abrange os motivos de fato, advindos da prova colhida, e os motivos de direito, advindos da lei, interpretada pelo juiz. A ausência da fundamentação é causa de nulidade relativa, tendo em vista ser exigência do sistema de persuasão racional.

Questão 37

A interceptação telefônica é modalidade de prova no processo penal, disciplinada pela Lei 9.296/1996 e garantida pelo Art. 5º, XII da Constituição Federal.

Assinale a assertiva correta sobre a modalidade de prova em análise.

- a) O pedido de interceptação de comunicação telefônica, que, excepcionalmente poderá ser verbal e condicionado a posterior redução à termo, conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.
- b) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá nos mesmos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- c) A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, a contar da decisão que autoriza a interceptação, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- d) A gravação que não interessar à prova será inutilizada de ofício pela autoridade policial durante o inquérito.
- e) Não é necessário, para que haja a autorização judicial da interceptação telefônica, que a prova desejada não possa ser obtida por outros meios, desde que, mediante fundamentação adequada, a autoridade policial ou o Ministério Público afirmem que tal modalidade de prova será mais eficaz.

Questão 38

Geraldo, irmão de Matheus, declarado ausente, ingressou, como representante legal deste, com uma ação penal privada em face a João, Carlos e Agatha, imputando-lhes o crime de difamação e calúnia.

Durante o curso da ação penal, Geraldo descobriu que o filho de Carlos, faleceu em um acidente automobilístico, razão que fez com que ele concedesse perdão a Carlos, mediante declaração expressa nos autos.

Carlos, logo que intimado, prontamente recusou, também por escrito, o perdão concedido por Geraldo. Tendo em vista tal situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Mesmo que Matheus tenha sua ausência judicialmente declarada, não poderia Geraldo ingressar com uma ação penal privada em seu nome, tendo em vista não possuir legitimidade ativa para tal.
- b) O perdão concedido por Geraldo a Carlos não foi aproveitado por nenhum dos outros querelados

- tendo em vista a renúncia expressa de Carlos e o silêncio de João e Agatha.
- c) Caso Geraldo não compareça a qualquer ato do processo em que devesse estar presente, apesar de justificar sua ausência, restará perempta a ação penal.
 - d) Caso Carlos fosse menor de 18 anos, ele só poderia aceitar o perdão concedido por Geraldo se seu representante legal também o aceitasse.
 - e) Se a uma quarta pessoa for imputado o mesmo crime dos três querelados, o Ministério Público deverá zelar pela indivisibilidade da ação penal, obrigando Geraldo ao processamento de todos.

e) Apelação, no prazo de cinco dias.

Questão 39

A citação é o chamamento do réu ao juízo, dando-lhe ciência do ajuizamento da ação, imputando-lhe a prática de um crime, bem como lhe oferecendo a oportunidade de se defender pessoalmente através da defesa técnica.

Acerca da citação e suas modalidades, assinale a alternativa incorreta:

- a) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- b) A citação do réu preso se dará de maneira pessoal.
- c) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória que será devolvida ao juiz deprecante, independentemente de traslado, depois de lançado o "cumpra-se" e de feita a citação por mandado do juiz deprecado.
- d) Estando o acusado, em lugar incerto ou não sabido, no estrangeiro, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- e) Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

Questão 40

Adamastor, funcionário público, está sendo processado por crime de prevaricação em um processo que tramita na cidade de São Luiza – MA.

Durante o curso do processo, o advogado de Adamastor alegou a existência de prescrição do referido crime, pugnando, desta forma, pela extinção da punibilidade de Adamastor, pleito que fora indeferido pelo Magistrado de primeiro grau.

Com base nessa situação, o recurso a ser manejado pelo advogado de Adamastor é:

- a) Agravo em execução, no prazo de cinco dias.
- b) Recurso em sentido estrito, no prazo de dez dias.
- c) Apelação, no prazo de dez dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.